

DESIGUALDADES

PANDEMIA TENDE A
AUMENTAR ABISMO SOCIAL

Momento de crise exige socorro
aos mais vulneráveis. | **12 e 13**

CORONAVÍRUS

Ferida da desigualdade social deve aumentar na pandemia

Situação desafiará a economia quando a covid-19 passar. Especialistas defendem socorro aos mais vulneráveis neste momento

LEONARDO VIECELI

leonardo.vieceli@zerohora.com.br

Considerada uma das grandes feridas sociais do Brasil, a desigualdade deve voltar a crescer em razão do coronavírus. Ao dificultar a vida dos mais pobres, o cenário desafia o desenvolvimento econômico do país como um todo depois da pandemia. Para diminuir os estragos, especialistas destacam a necessidade de medidas de amparo aos mais vulneráveis durante a crise.

Uma das formas de medir o espaço que separa as camadas mais ricas das mais desfavorecidas é o Índice de Gini, que varia em uma escala de zero a um. Quando o indicador sobe, sinaliza aumento na desigualdade da renda do trabalho. Quando baixa, mostra que a diferença entre os ganhos das duas pontas da sociedade ficou menor.

No Brasil, o índice caiu no quarto trimestre do ano passado depois de 18 altas consecutivas, aponta o centro de estudos FGV Social, da Fundação Getúlio Vargas. Significa que a última recessão enfrentada pelo país fez a desigualdade subir desde o início de 2015, até finalmente voltar a cair no fim de 2019.

Na ocasião, o Índice de Gini

atingiu a marca de 0,6276, recuo de 0,12% frente ao quarto trimestre de 2018. A questão é que a nova crise gerada pelo coronavírus provoca resultados indigestos como o aumento do desemprego. Com a perda de renda em classes mais vulneráveis, nova piora aparece no cenário, diz o economista Marcelo Neri, diretor do FGV Social.

– A tendência é de que a desigualdade volte a subir com a parada ocorrida na economia – frisa o pesquisador, referência na análise sobre distribuição de renda no país.

Um dos motivos que explicam a projeção mais pessimista é o elevado nível de informalidade no Brasil. Com o distanciamento social imposto pela covid-19, trabalhadores sem carteira assinada ou CNPJ viram o faturamento desabar. É o caso, por exemplo, de vendedores ambulantes ou motoristas de aplicativos de transporte.

– Com alto nível de informalidade, países em desenvolvimen-

to tendem a ampliar a desigualdade social. Muitos informais têm o ganha-pão no dia a dia. Precisam estar na rua para conseguir renda. Com o distanciamento, esse público sente mais – pontua o economista Felipe Garcia, professor da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL).

O número de informais passou a crescer com a recessão de 2015 e 2016, alcançando no Rio Grande do Sul a marca de 1,9 milhão de trabalhadores no quarto trimestre de 2019, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No país, o dado mais recente corresponde ao período de janeiro a março. No intervalo, o Brasil tinha 36,8 milhões de profissionais sem registro formal. O grupo respondia por 39,9% do mercado de trabalho nacional à época.

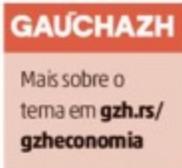
– A informalidade é uma das grandes chagas da desigualdade. É causa e consequência desse problema. Trabalhadores autônomos estão sendo muito penalizados pela pandemia – observa o economista Ely José de Mattos, professor da Escola de Negócios da PUCRS.

Na pandemia, o governo Bolsonaro fechou acordo com o Congresso e anunciou o auxílio emergencial de R\$ 600, por três meses, para informais. Diante da crise, Neri ressalta a importância da transferência de renda para a população. E ainda alerta sobre postura “ambígua” do Planalto:

– Ao aumentar os gastos fiscais, o governo quer viabilizar a permanência das pessoas em casa, só que o presidente fala em ir para a rua. É como se um carro fosse acelerado e freado ao mesmo tempo.

Nas últimas semanas, o auxílio de R\$ 600 gerou filas em agências da Caixa no país. Para Garcia, que foi secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Economia em 2019, a dificuldade para fazer a ajuda chegar a quem mais precisa reflete erros históricos:

– Temos projetos sociais que não se conversam, foram construídos a partir de demandas momentâneas ao longo do tempo. Tanto é que o governo precisou correr para colocar uma porção de gente para dentro do auxílio de R\$ 600.



Reflexos também no desenvolvimento

O aumento da desigualdade social é um dos fatores que podem comprometer o desenvolvimento de um país. No caso brasileiro, além de prejudicar os mais pobres, tende a abalar a produtividade da economia, sublinha Ely José de Mattos, professor da Escola de Negócios da PUCRS:

– A desigualdade atinge o capital humano. A consequência é a baixa produtividade da economia. Por exemplo, poderíamos espalhar fábricas de chips pelo Brasil, mas não teríamos profissionais capacitados para preencher todas as vagas.

Em 2019, o indicador de produtividade do trabalho no Brasil

“

Agora não há outra saída, é preciso ter transferência de renda. Depois, o combate à desigualdade e o aumento da produtividade passam por reforma tributária de matriz progressiva.

ELY JOSÉ DE MATTOS

Professor da Escola de Negócios da PUCRS

caiu 1% na comparação com 2018, aponta pesquisa da Fundação Getulio Vargas. Isso quer dizer que a capacidade do país de elaborar bens e serviços, em um mesmo recorte de tempo, registrou baixa.

Para Ely, o combate à desigualda-

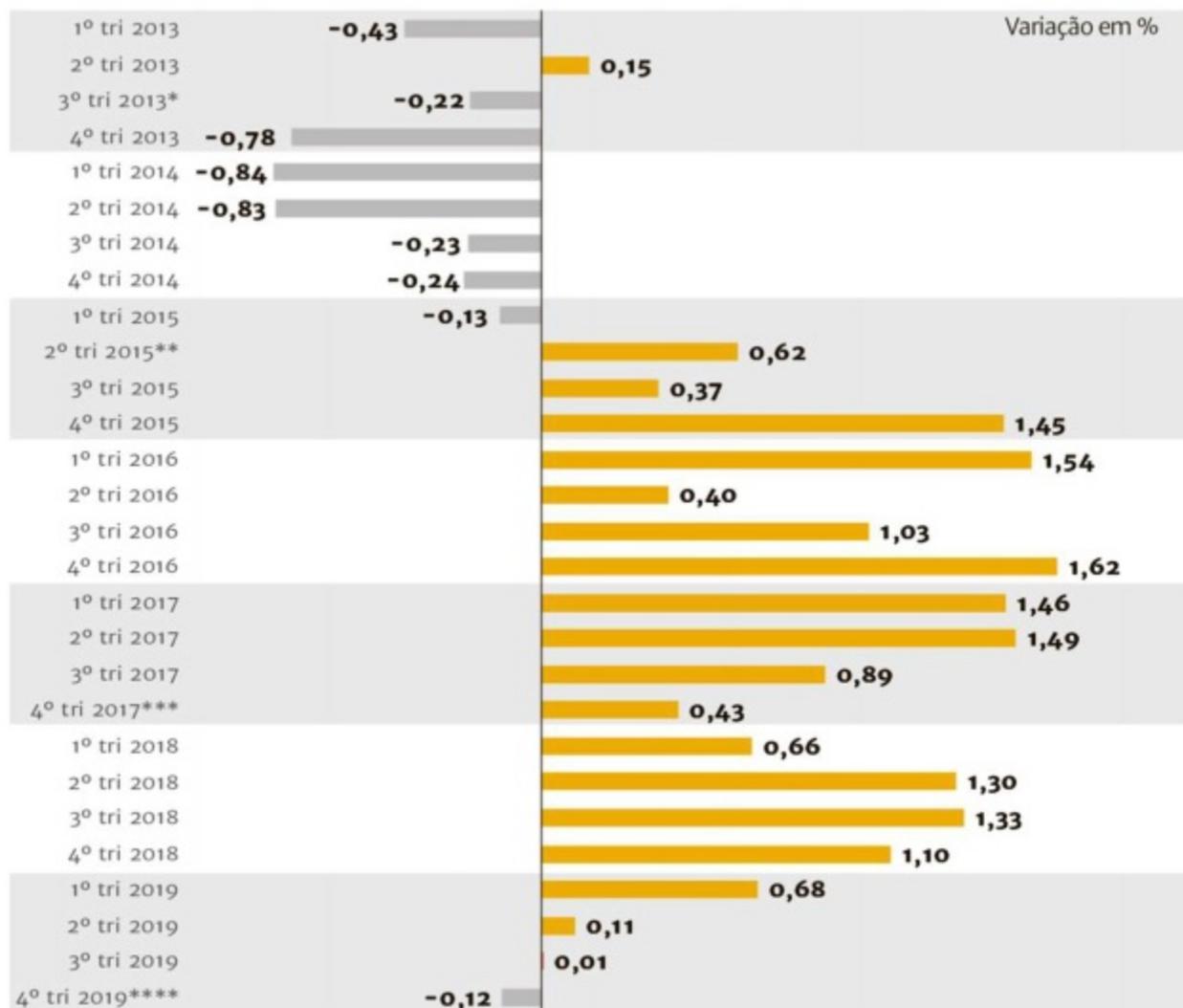
de começa com a transferência de renda para a população. Na opinião do economista, o auxílio de R\$ 600 a informais é uma “boa política”, mas precisaria ser estendido para mais de três meses.

Professor da Universidade Federal de Pelotas, Felipe Garcia diz que a crise do coronavírus deixou à mostra a penúria fiscal vivida pelo país. As restrições nas contas públicas dificultam medidas de auxílio:

– A relevância do compromisso com o quadro fiscal aparece em períodos como este. Agora é hora de dar dinheiro aos mais pobres e crédito para as empresas. Depois da crise, isso tem de ser revisto.

Escalada no país nos últimos trimestres

O Índice de Gini é uma das formas de medir a desigualdade em uma nação. Quanto maior o número, maior é a desigualdade entre as camadas mais ricas e as mais desfavorecidas economicamente. Veja resultados no Brasil, com a ponderação de que ainda não há dados disponíveis para o ano de 2020.



*Com a economia em alta, indicador recua

**Alta é verificada na recessão de 2015 e 2016

***Mesmo com o fim da crise econômica, desigualdade segue subindo

****Depois de 18 altas consecutivas, indicador cai

Fonte: FGV Social

Contra a fome, uma rede de solidariedade

Alimentar os cinco filhos virou tarefa ainda mais árdua para Lucileia Oliveira da Rosa, 39 anos. Antes da pandemia de coronavírus, a moradora da Vila Liberdade, no bairro Farrapos, em Porto Alegre, fazia bicos, como cuidar de estacionamentos perto da Arena do Grêmio em dias de jogos. Com a paralisação do futebol, ela e o marido, também sem emprego formal, passaram a depender de doações de mantimentos.

De segunda-feira a sábado, Lucileia vai até um ponto de distribuição de marmitas nas imediações do estádio gremista. É lá que recebe o almoço da família.

– O apoio tem sido muito bom. A situação piorou bastante com a epidemia – resume Lucileia, que é beneficiária do Bolsa Família e já perdeu duas casas em incêndios na região.

Na última quinta-feira, Daiane da Silva, 34 anos, também foi ao local em busca de almoço para ela e os cinco filhos. Após a covid-19, as dificuldades aumentaram com a demissão do marido, que atuava como vigilante.

– A ajuda é muito boa porque, às vezes, não temos dinheiro para comprar comida – conta Daiane.

Criado por jovens empreende-

dores em abril, o Projeto Alimento POA é o responsável por levar as marmitas até os moradores da Vila Liberdade e de outros nove pontos da Capital e de Guaíba. A iniciativa também está presente, de segunda-feira a sábado, em áreas como Vila dos Papeleiros, Restinga e Ilha dos Marinheiros. Além disso, moradores de rua são beneficiados na Capital.

Thomas Elbling é um dos idealizadores da proposta, que distribui 1,5 mil marmitas por dia. O empreendedor, que trabalha em Belo Horizonte, veio a Porto Alegre para visitar a família, mas, com a chegada da pandemia, permaneceu no Rio Grande do Sul.

– Com a crise, pensamos em como ficariam as pessoas que vivem nas ruas. E o que aconteceria com quem tem fome e não pode trabalhar? Então, resolvemos fazer algo para ajudar. Começamos a produzir marmitas em casa, mas não tínhamos experiência – relata Elbling.

Ampliação

O grupo foi crescendo, fechou parcerias com restaurantes e passou a receber doações de alimentos. Hoje, são cerca de 80 voluntários. As refeições,



Refeições são elaboradas por grupo de cerca de 80 voluntários no bairro Bela Vista, na Capital

que levam arroz, feijão e frango, são preparadas no Baro Experiência Gastronômica, no bairro Bela Vista. A meta, até o final da pandemia, é distribuir 45 mil marmitas (*veja abaixo como ajudar*).

Além de estimular novas ações solidárias, a crise não impediu que projetos com mais tempo de duração deixassem de operar. É o caso do Banco de Alimentos, criado em 2000, por iniciativa da

Federação das Indústrias (Fiergs). Em razão das restrições, a rede com atuação estadual lançou uma campanha de doações na internet. Interessados podem acessar um site e adicionar produtos em uma sacola virtual (*detalhes no quadro abaixo*).

Presidente voluntário da rede, Paulo Renê Bernhard avalia que a solidariedade aumentou entre os gaúchos. Pelos menos 500 tonela-

das de mantimentos já foram doadas desde o início da pandemia em Porto Alegre, além de outras 150 toneladas no Interior.

– A fome já existia, mas ganhou intensidade na pandemia. A situação deve permanecer assim por um longo tempo. Menos mal que o tamanho do problema corresponde ao tamanho da reação da sociedade. As pessoas estão colaborando – destaca Bernhard.

Poder público organiza doações para reduzir danos

O combate à fome durante a pandemia também levou o poder público a buscar doações de alimentos. No âmbito do governo estadual, a Defesa Civil centraliza o repasse de mantimentos para comunidades. Os produtos são recebidos em Porto Alegre mediante agendamento (*ver quadro ao lado*).

Outros órgãos do governo também anunciam medidas para reduzir os danos. Em nota, a Secretaria Estadual da Educação informou que deu início à distribuição de alimentos para famílias de alunos que tiveram as aulas suspensas em razão da pandemia. A promessa é de repassar 185 mil cestas básicas até o final de maio. O custo estimado é de quase R\$ 22 milhões. Os recursos são provenientes do governo do Estado (R\$ 9 milhões) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (R\$ 12,7 milhões).

A Secretaria do Trabalho e Assistência Social também promoveu doações. Em parceria com

as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul (Ceasa-RS), distribuiu 94 sacolas de alimentos para idosos em situação de vulnerabilidade.

– Sabemos que a política social é extremamente afetada. Problemas vão se aprofundar. Quem

mais sofre com a pandemia são as pessoas em vulnerabilidade – diz a secretária estadual de Trabalho e Assistência Social, Regina Becker.

Na Capital, a prefeitura desenvolveu ação batizada de Adote uma Comunida-

de. Além de alimentos, material de limpeza e agasalhos são aceitos durante a pandemia. A promessa é de repassá-los a famílias em situação de vulnerabilidade atendidas pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc). Quem responde pela iniciativa é a primeira-dama de Porto Alegre, Tainá Vidal.

– Não interessa o tamanho de cada doação. O importante é que as pessoas ajudem – pontua Tainá.



Regina Becker

Ações de entidades governamentais e privadas

PROJETO ALIMENTE POA

- O que é: ação elaborada por empreendedores para distribuir almoços a moradores de rua e de comunidades de Porto Alegre e Guaíba entre segunda-feira e sábado
- Como ajudar: o projeto aceita doações de alimentos (arroz, feijão, sal, óleo de soja e extrato de tomate) no restaurante Baro Experiência Gastronômica (Rua Barão de Ubá, 9, bairro Bela Vista, Porto Alegre), além de auxílio em dinheiro. Para o repasse de recursos, é preciso entrar em contato via WhatsApp. O telefone é (51) 99143-2626. Dados sobre transferências bancárias são informados por meio desse canal. Mais detalhes podem ser conferidos no perfil do projeto no Instagram: @projetoalimentepoa

BANCO DE ALIMENTOS

- O que é: rede criada em 2000 para distribuir alimentos no Estado
- Como ajudar: doações são aceitas por meio do site www.doealimentos.com.br. É necessário fazer cadastro com e-mail e senha. No endereço, produtos diversos,

como açúcar, água mineral e biscoitos, podem ser escolhidos pelos doadores. Também há opções de cestas já montadas. Em seguida, o pagamento pode ser realizado por meio de boleto, cartão de crédito ou bankline.

Há, ainda, como fazer doações via transferência bancária nas seguintes contas do Banco de Alimentos (CNPJ 04.580.781/0001-91): Banco do Brasil (agência: 1889-9, conta corrente: 122.323-2) e Banco Itaú (agência: 1687, conta corrente: 29.898-2)

CAMPANHA DA DEFESA CIVIL

- O que é: o órgão recebe alimentos, produtos de higiene pessoal e limpeza para distribuição no Estado, além de equipamentos de proteção individual (EPIs) para as áreas de saúde e segurança pública (máscaras, luvas, álcool 70%)
- Como ajudar: as doações podem ser feitas na Central de Doações da Defesa Civil, que funciona de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 18h, em Porto Alegre. O órgão fica no Centro Administrativo do Estado (Avenida Borges de Medeiros, 1.501). Para evitar

aglomerações, é necessário agendar horário, por meio do telefone (51) 3288-6781. Em algumas ocasiões, a Defesa Civil pode coletar os produtos na casa do doador, mas isso é avaliado caso a caso

CAMPANHA DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE

- O que é: batizada como Adote uma Comunidade, a ação busca arrecadar alimentos, material de limpeza e agasalhos para famílias em situação de vulnerabilidade social atendidas pela Fasc
- Como ajudar: alimentos e produtos de higiene e de limpeza podem ser entregues na sede da Fundação de Assistência Social e Cidadania, a Fasc (Avenida Ipiranga, 310), de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 12h e das 13h30min às 18h. Agasalhos, calçados, toalhas e roupas de cama podem ser entregues em centro de triagem na Rua Múcio Teixeira, 33, de segunda a sexta-feira, das 9h às 12h e das 13h às 17h. Pessoas jurídicas que queiram encaminhar propostas de doações podem entrar em contato por e-mail (gabinete.fasc@portoalegre.rs.gov.br)